

BITTNER, Egon. Aspectos do trabalho policial. Trad. Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

VICTOR HUGO GOMES LOPES*

A identidade funcional da polícia somente é de fato conhecida quando focada nos aspectos do trabalho policial. A vaga noção de mero instrumento estatal de coação física, aos moldes de Max Weber, não é suficiente para dar-lhe identidade específica como agente social. Desde a criação da polícia moderna, a partir dos moldes adotados na Inglaterra na metade do século XIX, suas atribuições sofreram alterações profundas; de mecanismo estatal de controle de manifestações públicas à atual tentativa em se construir um modelo de polícia comunitária, a instituição passou por mudanças ao longo dos anos, durante os quais uma geração procura aprimorar a atuação da anterior.

O livro Aspectos do trabalho policial, do sociólogo norte-americano Egon Bittner, editado no Brasil pela Edusp para a coleção Polícia e sociedade, reúne quatorze de seus principais estudos, divididos entre artigos e ensaios, com enfoque sobre as diferentes maneiras de se atuar como um policial na sociedade contemporânea. A obra cobre 25 anos de pesquisas empíricas de Bittner – algumas inclusive etnográficas – e estudos que resultaram em conferências e workshops. O autor auxiliou na criação da Commission on Accreditation for Law Enforcement Agencies (Calea), que instituiu um prêmio anual, batizado com seu nome, para chefes de polícia.

A obra de Bittner auxilia na compreensão das alterações pelas quais têm passado o trabalho da polícia. Os estudos do autor são focados na

polícia norte-americana, apesar de recorrentes citações sobre modelos da polícia européia, em especial a inglesa e a irlandesa. Bittner procura alicerçar as bases de uma sociologia da polícia – que se soma aos estudos de outros autores, como Eric Monkkonen, Jean-Claude Monet e Herman Goldstein, além de criminólogos como Edwin Sutherland.

O autor, em um interessante estudo sobre as skid rows (áreas deterioradas), indica que o poder discricionário da polícia na manutenção de paz permite uma série de maleabilidades, como a opção em prender ou não um indivíduo. O controle policial nessas áreas ocorre devido ao conhecimento que os policiais têm de seus habitantes. Nessa análise, permite apontar que as representações que a polícia faz de tipos sociais – como o preconceito em relação ao jovem negro pobre – são determinadas pela experiência profissional e pelos estereótipos socialmente construídos.

A manutenção da paz nem sempre é feita com prisão; os policiais valem-se do diálogo e de outros tipos de abordagem. Nas skid rows, a detenção não é necessariamente um estigma; portanto, pode ser utilizada como forma de controle social, especialmente em casos de excesso de bebedeira. Bittner utiliza o conceito weberiano de racionalidade como eficiência; o planejamento de ação, entretanto, não é suficiente para explicar alguns aspectos do trabalho policial.

Essa modificação no modus operandi da polícia – que se viu obrigada a aperfeiçoar as técnicas de investigação, a criar mecanismos especificados que não a subordinem demais ao

* Jornalista e mestrando em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás.

sistema judiciário e a aprimorar a formação de seus integrantes – apresenta uma evolução histórica e deve ser compreendida, de acordo com Bittner, conforme as necessidades exigidas pela sociedade. Há atualmente uma clara preocupação em estruturar um paradigma comunitário-preventivo em substituição ao modelo de polícia repressora, ao envolver a polícia com a comunidade.

As primeiras experiências com o policiamento comunitário – que surge como um tipo de relações públicas – atestaram o isolamento da polícia em relação à comunidade. A tentativa de aproximação mostrou essa distância em todas as camadas e classes sociais; Bittner afirma que a polícia funciona à parte do sistema judiciário, apesar de fazer parte desse sistema. O autor sugere que as leis de exclusão (exclusionary rules) – em que um juiz é obrigado a não admitir uma acusação criminal baseada em evidências ilegalmente obtidas – têm sido uma lição sobre princípios de legalidade para a polícia.

A obra de Bittner, ao focar a atuação policial, é estruturada como um grande rede hierarquizada, em que cada policial têm poder – não necessariamente fiscalizado pelo departamento de polícia – de agir ou não, de acordo com as circunstâncias, seguindo um tênue princípio de legalidade. O conceito de microfísica do poder, de Michel Foucault, orienta as análises de Bittner e permite uma interessante reconstrução do trabalho da polícia como uma intrincada rede de ação, baseada em decisões quase sempre individuais, realizadas diretamente pelo policial em questão.

Os princípios weberianos de racionalidade e individualismo somam-se à descentralização do poder em uma ampla rede proposta por Foucault na obra de Bittner, que não esquece de citar o conceito de solidariedade orgânica de Durkheim como importante fator na atuação policial em relação à divisão social do trabalho. Trata-se de uma ampla tentativa em definir o papel da polícia na sociedade a partir de uma perspectiva evolutiva, histórica. Esse aspecto leva a uma análise mais detida sobre o estudo mais importante do livro: “As funções da polícia na sociedade moderna: uma revisão dos fatores históricos, das práticas atuais e dos possíveis modelos do papel da polícia”.

Bittner traz uma interessante discussão sobre como a sociedade representa a polícia e o que essa instituição faz para atender os anseios da primeira. O autor sustenta que a polícia pode ser vista como uma força corrupta; entretanto, também é encarada como a opção mais recorrente para sanar diferentes conflitos na sociedade. Há nesse paradoxo uma adequação do tratamento que a polícia oferece ao cidadão. Nesse ponto, o autor analisa a possibilidade de um mundo sem força policial ou, em termos realistas, uma polícia que seja menos bruta no tratamento com as pessoas.

Para Bittner, a partir da possibilidade citada acima, a polícia deve ser considerada a partir da possibilidade de relativa independência em sua atuação prática, mas sem romper os limites da legalidade. Bittner escreve que “a independência institucional da polícia em relação ao judiciário está baseada na percepção de que os policiais inevitavelmente estão envolvidos em atividades que não podem ser totalmente exercidas sobre a regra da lei ou estado de direito”.

Apesar dessa observação, a polícia não é a “tênue linha azul” (thin blue line) que separa a civilização do caos e da barbárie. Bittner indica no estudo que a polícia torna o mundo um pouco melhor, mas há quem não goste de estar à sua mercê. O autor discute a pouca valorização do trabalho social como um processo historicamente construído e fruto da falta de obrigatoriedade de formação acadêmica específica ao policial. O grau de grosseria no tratamento com o público – apesar de tolerado na origem da instituição – não é mais aceito; portanto, se faz ainda mais necessária uma sólida formação do policial.

O livro de Bittner é revestido de conceitos humanistas que hoje têm se incorporado ao discurso das academias de polícia. Fala-se em humanidade e polidez no trato com o público; discute-se o poder discricionário no agir do policial, aos moldes da distribuição de poder segundo Foucault; apontam-se outras funções da polícia que não a de mero policiamento e repressão ao crime. A leveza com que o texto é escrito permite ao leigo e ao estudioso aproveitar-se do conteúdo bem esclarecido. Os exemplos trabalhados aos olhos da etnografia reforçam o prazer da leitura, ao mesmo tempo em que discutem situações concretas sobre a

atuação policial. Há uma boa quantidade de notas explicativas, mas sem ocupar muito espaço do texto. As referências bibliográficas são claras e objetivas. Há um único senão: uma maior acuidade na revisão ortográfica do texto.

Aspectos do trabalho policial permite que a leitura de Bittner sobre a polícia norte-americana possa ser empregada na realidade brasileira, uma vez que os desafios são semelhantes. Bittner sugere que o policial moderno é “um profissional informado, decidido, e tecnicamente eficiente, que sabe como deve operar nos limites

estabelecidos pela moral e pela confiança na legalidade”. Ter-se-ia uma polícia mais eficiente com um aprimoramento mais elevado do trabalho policial, constando como carreira acadêmica, com produção científica própria e disciplinas de formação humanísticas. Trata-se, então, de uma obra instrumental que defende uma posição a favor da formação acadêmica para uma carreira que, seja no Brasil ou nos Estados Unidos, não conta com devida valorização, dada a sua importância no cotidiano das pessoas.

